



Acelerador de PIB

Além de equilibrar as contas públicas, para crescer mais é preciso perseverar em reformas que ampliem a produtividade da economia brasileira

Solange Monteiro, de Rio de Janeiro

A perspectiva de fechar mais um ano com o PIB sequer roçando os 2% tem transformado a agenda de reformas no campo fiscal a pedra-de-toque para a retomada do crescimento. O debate em torno da reforma da Previdência fortalece o diagnóstico de que, sem conter a trajetória dos gastos públicos, que afeta a percepção de risco sobre a solvência do país, será difícil retomar o investimento e estimular o PIB.

Quando se trata de dinamizar a atividade econômica de forma sustentada, entretanto, há outra variável menos popular que não pode ser negligenciada: a produtividade, outra área em que o país historicamente tem agido pouco para melhorar. Conforme divulgado na Carta do IBRE desta edição (pág. 6), levantamento da Economia Aplicada do FGV IBRE

indica que, de 1982 a 2018, a produtividade por hora trabalhada cresceu apenas 0,4% ao ano no Brasil. Em poucas palavras, significa que nesse período fomos incapazes de produzir uma importante vitamina para o crescimento de longo prazo do país.

Muitos fatores, tanto no campo micro quanto no macroeconômico, concorrem para o aumento da produtividade, como uma economia aberta e competitiva, educação de qualidade, e um bom ambiente de negócios que reduza o custo do crédito, do investimento e da atividade produtiva formal. É uma agenda ampla e difusa, mas que, se bem combinada, pode transformar a economia de um país. Um caso emblemático é o da Coreia do Sul, que graças a um plano

de Estado que envolveu abertura econômica, investimento em educação e pesquisa e desenvolvimento, entre outros, conseguiu elevar seu PIB *per capita* de 7% em 1960 para os atuais 67% em relação ao verificado na economia americana. Na ponta oposta está o exemplo latino-americano, que na média manteve o mesmo percentual de renda *per capita* registrado na década de 60, de 20% em relação ao dos Estados Unidos.

No caso da América Latina, o México é um dos exemplos mais bem-dissecados quanto aos erros nessa combinação de elementos que elevam a produtividade, graças ao trabalho do economista Santiago Levy, entrevistado nesta edição (pág. 12). No livro *Under rewarded efforts: the*

elusive quest for prosperity in México, de 2018, o economista aponta que mesmo registrando conquistas como uma macroeconomia equilibrada, com uma taxa de inflação média anual de 4% entre 1996 e 2015, aumento da escolaridade da população e a negociação de acordos comerciais com economias desenvolvidas, a produtividade do trabalho no país variou 0,4% ao ano, e o crescimento médio da renda *per capita* anual foi de apenas 1,2%. Segundo Levy, isso aconteceu devido a falhas em políticas econômicas e instituições mexicanas que impedem o crescimento de empresas mais produtivas – que enfrentam legislação trabalhista rígida, insegurança jurídica e uma tributação muito elevada em relação a empresas menores –, enquanto essas últimas são beneficiadas por uma política de apoio cujos problemas de concepção acabam incentivando a que permaneçam pequenas e pouco produtivas, gerando uma oferta de emprego de baixa qualidade. Com esse perfil, tais negócios não têm como se aproveitar dos ganhos de produtividade que podem ser gerados pelo livre-comércio

ou por profissionais mais capacitados. Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE, ressalta que o exemplo mexicano guarda vários pontos em comum com a situação brasileira, analisados em obras como *Anatomia da produtividade no Brasil*, de 2017, da qual Veloso é um dos organizadores, e no relatório “Emprego e crescimento – a agenda da produtividade”, do Banco Mundial, lançado em 2018 em seminário promovido pelo IBRE.

A boa notícia, para o Brasil, é que nos últimos anos temos somado algumas reformas que podem gerar impacto positivo na produtividade, como a trabalhista, que colabora para a redução do custo do emprego formal, e a Agenda BC+, que entre outros pontos busca ampliar a oferta e reduzir o custo do crédito no país. Veloso lembra que estão no radar outras reformas importantes com alto potencial de influenciar a evolução da produtividade, como a tributária. “Por isso temos que ampliar o debate sobre essas mudanças para além do aspecto fiscal, focando sobre quanto elas tornarão nossa economia mais eficiente”, diz Veloso. Como apoio

a essa discussão, o IBRE lançou um indicador de produtividade trimestral por hora trabalhada, acumulada em quatro trimestres, calculado a partir dos dados das Contas Nacionais Trimestrais e da Pnad Contínua, do IBGE. “Tipicamente, os indicadores sobre produtividade tendem a ser anuais e com defasagem. Com esse índice, podemos acompanhar mais rapidamente o efeito de políticas públicas e discutir produtividade o ano todo”, diz Veloso. O pesquisador ainda cita o uso do indicador no campo da política monetária, na detecção de pressões inflacionárias. “Por exemplo, um aumento salarial só é inflacionário se for incompatível com a evolução da produtividade do trabalhador. Se uma empresa aumenta salários sem mexer nos preços, é porque conseguiu reduzir custos de produção, ampliar sua eficiência”, explica.

Comportamentos setoriais

O primeiro boletim do indicador – assinado por Veloso, Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro IBRE, e pelo pesquisador Paulo Peruchetti –

Decomposição do crescimento (em % a.a.)

Período	VA	Capital em uso	Horas	PTF (horas)
1982-2018	2.3	1.1	1.1	0.1
1982-1993	2.1	1.3	1.8	-1.0
1993-2002	2.9	1.2	1.2	0.5
2002-2010	3.7	1.1	1.2	1.5
2010-2018	1.2	1.0	0.1	0.2
2014-2018	-0.7	0.3	-0.2	-0.9

Fonte: FGV IBRE.

aponta que a retomada da economia brasileira após a recessão, além de lenta, tem acontecido em bases frágeis. Se em 2017 a produtividade colaborou para o crescimento do país, subindo 1%, em 2018 ela ficou estagnada, restando ao aumento de horas trabalhadas a função de empurrar o PIB, que fechou o ano no mesmo patamar registrado em 2017, de 1,1%.

Observando o resultado de 2017 e 2018 por setores, observa-se que o mau desempenho veio especialmente do setor de serviços, cuja produtividade roda em terreno negativo desde 2014. Por representar mais de 70% da economia, essa atividade puxa o resultado agregado para baixo.

Na agropecuária, a produtividade por hora trabalhada registrou expansão de 18,9% em 2017 e de 1,1% em 2018. Veloso aponta que, apesar de apresentar alta volatilidade, a produtividade do agronegócio brasileiro tem registrado um aumento expressivo desde 1995, passando de R\$ 4,6

Apesar de menos produtiva, nas duas últimas décadas a agropecuária registra melhora constante na relação valor adicionado por hora trabalhada

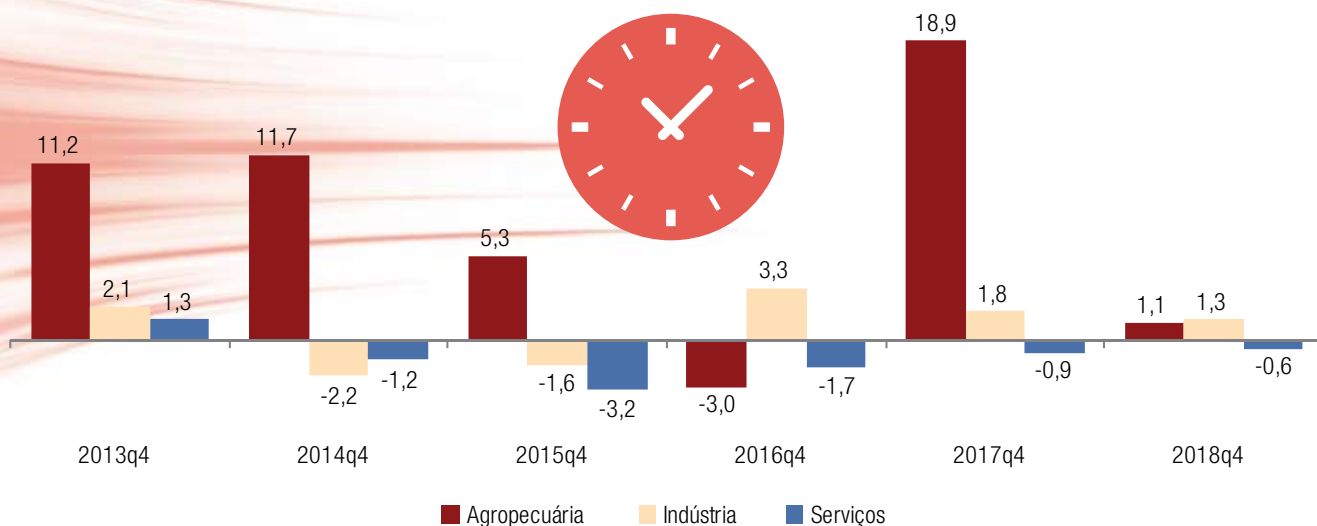
por hora trabalhada para R\$ 19,8. Ainda longe do nível da indústria e dos serviços, que tiveram variação, respectivamente, de R\$ 30,6 para R\$ 29,1, e de R\$ 28,8 para R\$ 30,4, mas constante em sua melhora.

Angelo Gurgel, da FGV Agro, atribui esse desempenho a alguns fatores, a

começar pelo investimento de décadas feito por universidades e institutos em pesquisa e desenvolvimento. Isso tem possibilitado ganhos tanto na melhoria genética de sementes – o que permitiu, por exemplo, a tropicalização de culturas como a da soja e do milho que hoje são destaque das exportações brasileiras – quanto na fertilização e conservação do solo. “E, para o caso de pequenos produtores, geração de conhecimento voltado para a especialização em produtos com maior valor agregado, como frutas e hortaliças”, inclui. O segundo fator é uma política agrícola e de crédito que tem colaborado para o investimento e o aumento de tecnologia, “mesmo para o caso dos pequenos, como com linhas como o Pronaf, que busca amenizar a disparidade tecnológica ou de renda entre produtores de diferentes portes”, diz, defendendo que o subsídio concedido ao setor na política de crédito com um todo está entre os três menores do mundo, e tem alto fator multipli-

Taxa de crescimento da produtividade por hora trabalhada

(% acumulada em 4 trimestres)



Fonte: FGV IBRE.

cativo. “De um montante de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões de financiamento, a fatia que o Tesouro tem que equalizar fica em torno de R\$ 4 bi a R\$ 7 bi”, diz. Para o setor, Gurgel defende que a agenda de produtividade passa por uma reforma do Estado que reduza seu tamanho e amplie a eficiência. Além disso, defende uma reforma do sistema tributário que elimine subsídios cruzados, e *last but not least*, a ampliação da infraestrutura de transporte e armazenagem. “A reforma do Estado estimularia o investimento privado; a tributária, melhoraria o ambiente de negócios; e a infraestrutura, facilitaria o escoamento da produção, beneficiando especialmente as exportações”, diz.

No caso da indústria, o segmento mais preocupante é o da construção, onde a produtividade por horas trabalhadas saiu do terreno negativo em que se encontrava desde o último trimestre de 2013 (no acumulado de quatro trimestres), marcando uma expansão

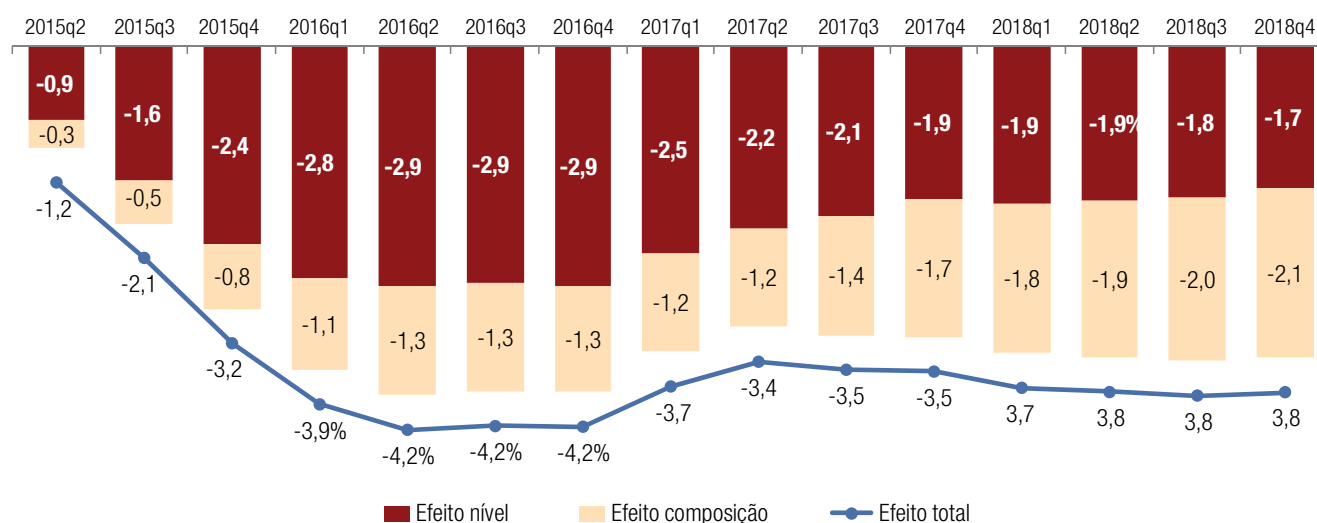
A produtividade da construção saiu do terreno negativo em que se encontrava desde 2013, mas ainda apresenta uma dinâmica ruim, aponta indicador do IBRE

de 0,5%, mas ainda numa dinâmica ruim, aponta o indicador do IBRE. Já a transformação, que em 2014 chegou a registrar queda de 7% em sua produtividade, conseguiu demonstrar uma recuperação mais rápida e mais forte, mas comparativamente menor em 2018 (1,3%) que em 2017 (1,8%).

Um dos principais problemas da produtividade na indústria de transformação, mas não exclusivo dela, é o de composição. Levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) aponta que, enquanto o mundo se encaminha para a manufatura avançada, de alto conteúdo tecnológico e digital, no Brasil as atividades industriais intensivas em engenharia e pesquisa e desenvolvimento (P&D) retrocederam em valor adicionado e pessoal ocupado – de 2010 a 2015 essa queda foi de, respectivamente, 16% para 15,7% e de 12,2% para 11,5%. Em seu lugar, ganharam espaço principalmente atividades intensivas em recursos naturais, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios – que nesse período variou de 13,6% para 18,6% em valor agregado e de 18% para 20,8% em pessoal ocupado. “É um movimento que casa com a tendência de reprimarização da es-

Informalidade prejudica a produtividade

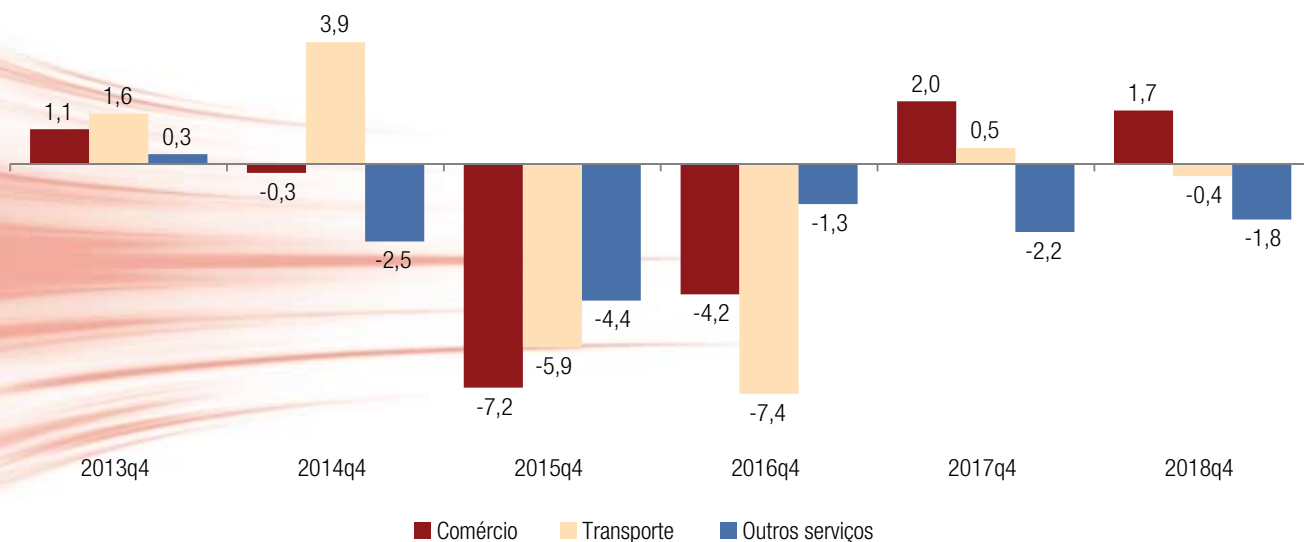
(decomposição do crescimento da produtividade, % em relação à 2014q4)



Fonte: FGV IBRE.

Baixo desempenho de serviços compromete produtividade agregada

(produtividade por hora trabalhada - % acumulada em 4 trimestres)



Fonte: FGV IBRE.

estrutura produtiva, ampliando o peso de atividades com dinamismo e níveis de produtividade inferiores”, diz Rafael Cagnin, economista do Iedi. Enquanto a taxa da produtividade média no agregado das atividades intensivas em engenharia e P&D cresceu 5% de 2010 e 2015, de acordo ao Iedi, as intensivas em recursos naturais registraram recuo de 2% na mesma comparação. “Se perdemos participação de quem é mais dinâmico, temos menos condições de alavancar o agregado da produtividade industrial”, reforça.

Outro fator que torna a indústria de transformação menos produtiva é sua heterogeneidade estrutural. Essa diferença fica muito clara quando se observa atividades como a fabricação de alimentos onde convivem, sob a mesma rubrica, de grandes multinacionais exportadoras a fábricas de pequeno porte, muitas vezes operando com processos obsoletos. “É uma característica própria de países emergentes, em que parte da atividade avança,

parte fica para trás”, diz Cagnin. O economista ressalta que tal condição é resultado não somente de mão de obra pouco qualificada, como também de empreendedores mal preparados. Esse diagnóstico ficou claro com os resultados do programa Brasil Mais Produtivo, lançado em 2016 em parceria do então Ministério do Desenvolvimento, Senai, ABDI, Sebrae, Apex e BNDES. A iniciativa, concluída em julho do ano passado, envolveu 3 mil empresas de diferentes regiões do país e segmentos industriais, que receberam treinamento em manufatura enxuta (*lean*, na sigla em inglês). Mesmo se tratando de uma metodologia da década de 1980, sua adoção fez com que as empresas envolvidas no programa registrassem um aumento médio de 52% em sua produtividade, incluindo fatores como redução de retrabalho e deslocamento de funcionários. O programa teve investimento total de R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 25 milhões aportados pelo Senai. Do cus-

to total da consultoria, de R\$ 18 mil por fábrica, os empresários bancaram R\$ 3 mil, “e apenas se a produtividade de suas fábricas aumentassem no mínimo 20%”, conta Gustavo Leal, diretor de Operações do Senai Nacional. Segundo Leal, além do apoio financeiro, o diferencial do programa foi uma mudança na estratégia de ação, “uniformizando o treinamento dos consultores para uma atuação sem burocracia, de forma leve”, afirma. Cagnin reforça o sinal dado pelo programa quanto à necessidade de atrair os empreendedores para processos de formação. “Alçando um nível de produtividade maior, o empresário que até então era o rabo da curva, que estava fora do padrão do setor, preserva competências já adquiridas, preserva emprego, dá consistência e qualidade para o sistema produtivo de forma geral”, afirma.

Para ter efeito prático na produtividade do setor como um todo, entretanto, agora o programa precisa ganhar

escala. Na Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, a diretriz é preparar o programa para que nos próximos quatro anos consiga alcançar 100 mil atendimentos e até 300 mil empresas. Guto Ferreira, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), diz que a Agência tem estudado dois modelos, não excludentes, para essa ampliação. “O primeiro é, mantendo a atual linha de atendimento, buscar a formatação de um fundo de mercado para alavancar os recursos necessários”, diz. Já o segundo modelo, conta Ferreira, consiste em colocar na internet todos os módulos de formação, para que os empresários possam

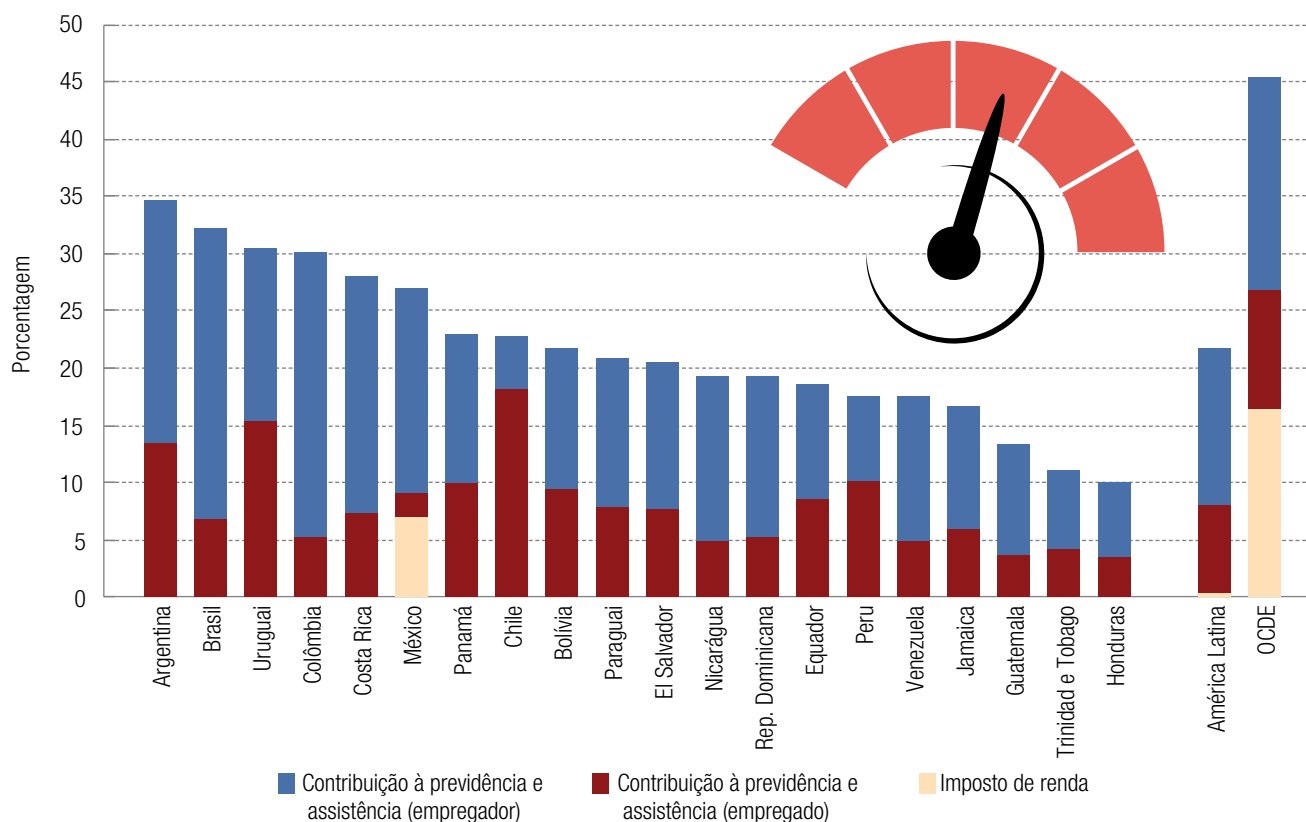
se capacitar *online*, além de um banco de contatos de consultorias – onde o Senai seria uma entre várias opções –, que o empresário poderia contatar e contratar conforme sua necessidade e orçamento. “Não consideramos que, neste momento do país, seja possível bancar capacitações na escala que precisamos. Os próprios agentes poderão negociar a melhor forma e custo para fazê-lo”, afirma Ferreira.

Outra iniciativa da ABDI é a formação do Brasil Mais Digital, que poderá se tornar o braço 4.0 de capacitação dentro do Brasil Mais Produtivo. “Hoje a indústria 4.0 representa apenas 4% do total da indústria brasileira. Entendemos que a maior parte do setor ainda tem preocupações muito dife-

rentes em seu processo produtivo, mas é preciso fazê-la conhecer o conceito de digitalização para que possa traçar seu próprio caminho”, diz. O Senai, por sua vez, também desenvolve uma iniciativa na mesma área. O programa Indústria Mais Avançada, cujo projeto piloto com 48 empresas, iniciado no ano passado, deverá ser concluído em junho, com investimento total de R\$ 2 milhões, bancados pelo Senai. “Noventa e cinco por cento das indústrias brasileiras são de pequeno e médio porte, com até 200 empregados, e se sentem perdidas quando ouvem falar de 4.0, *big data*, inteligência artificial. Então nosso foco foi, de forma ordenada, incorporar sensores no processo produtivo, e levar para a nuvem

Desonerar a folha: caminho para a redução da informalidade

(impostos e contribuições sobre salário, 2013)



Fonte: CAF.

informações que o empresário pode gerenciar a partir de seu *smartphone*, como uma introdução a esse mundo digital”, explica. “Em breve validaremos a metodologia, e veremos formas de financiar o programa.”

Quem domina o PIB

Caio Megale, secretário da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, afirma que a ideia do governo é ampliar o programa não apenas em escala, mas incluir outros setores, especialmente o de serviços. “É um setor intensivo em mão de obra, para o qual a qualificação de capital humano é crucial”, diz. Megale conta que trabalha em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego, capitaneada pelo pesquisador licenciado do IBRE Fernando de Holanda Barbosa Filho, para ampliar as iniciativas de qualificação dentro do programa Brasil Mais Produtivo, entre empregados e empregadores. “Não adianta colocar técnicas modernas, instrumentos modernos, sensores, digitalização nas empresas, padarias, bares, restau-

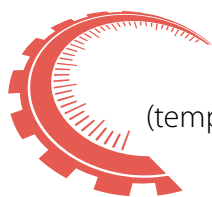
Intensivo em trabalho e dominante no PIB, setor de serviços registra produtividade negativa desde 2014, com contração de 0,6% no último trimestre de 2018

tes se as pessoas que vão manuseá-los não são qualificadas. Aí é que está o pilar da transformação”, diz.

Pelo Índice do FGV IBRE, a produtividade por horas trabalhadas do setor de serviços está em terreno negativo desde 2014, reduzindo gradualmente sua queda do piso de 3,2% de contração, para 0,6% no último trimestre de 2018 (acumulado em quatro trimestres). Rafael Moreira, criador, junto com o atual vice-presidente

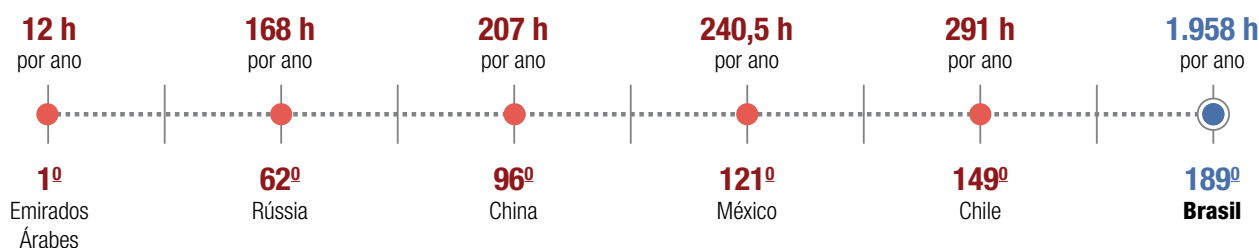
para o setor privado do CAF Jorge Arbache, do blog Economia de Serviços, e ex-pesquisador do Sebrae Nacional, lembra que o maior problema do setor de serviços é de composição, com cerca de 70% da atividade concentrada em segmentos básicos, voltados ao consumidor final, e apenas 10% no nicho chamado de agregação de valor. “Há uma disparidade grande entre segmentos. Enquanto em intermediação financeira nossa produtividade alcança 60% da americana, em serviços domésticos, representa apenas 10%”, compara. Essa característica, por sua vez, também é reflexo da indústria que temos, ressalta Moreira. “Uma coisa que observamos no histórico dos países hoje desenvolvidos é que a indústria vai se tornando mais complexa, passa a demandar serviços mais complexos, que exigem mais conhecimento e inovação. E estes, por sua vez, também começam a se tornar mais complexos e produtivos, colaborando para a produtividade dos demais setores e segmentos dentro do setor de serviços”, descreve.

Na ausência dessa indústria sofisticada, um dos atalhos possíveis



Simplificação tributária: agenda pendente

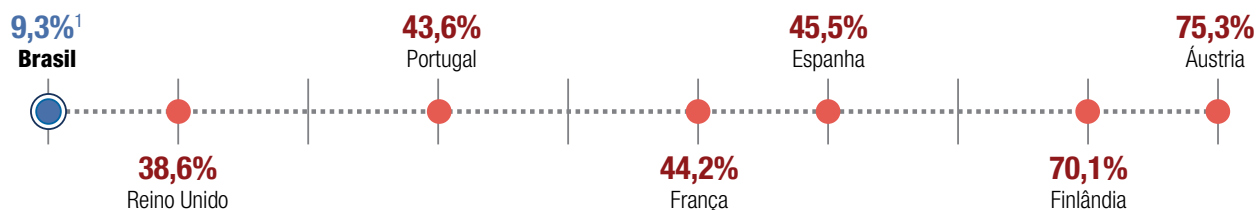
(tempo gasto com pagamento de impostos por hora trabalhada % acumulado em 4 trimestres)



Fonte: Banco Mundial (2017).



Percentual de alunos do ensino médio matriculados em curso técnico concomitante ou integrado



Fonte: CNI, com base em dados do Inep (2017c) e do Cedefop (2015). ¹Ensino médio integrado e concomitante à educação profissional.

para estimular a oferta de serviços de agregação de valor, afirma, é a ampliação das exportações, uma vez que o setor tem se tornado cada vez mais *tradable*, graças à evolução das plataformas digitais que permitem a contratação de trabalhos que vão de *design* a diagnósticos médicos sem pensar em fronteiras. “É uma ameaça, mas também uma oportunidade, pois a competição costuma ser benéfica para aumento da produtividade, e o Brasil já tem segmentos de ponta que podem exportar mais, principalmente para a América Latina”, diz o economista, citando o caso do Uru-

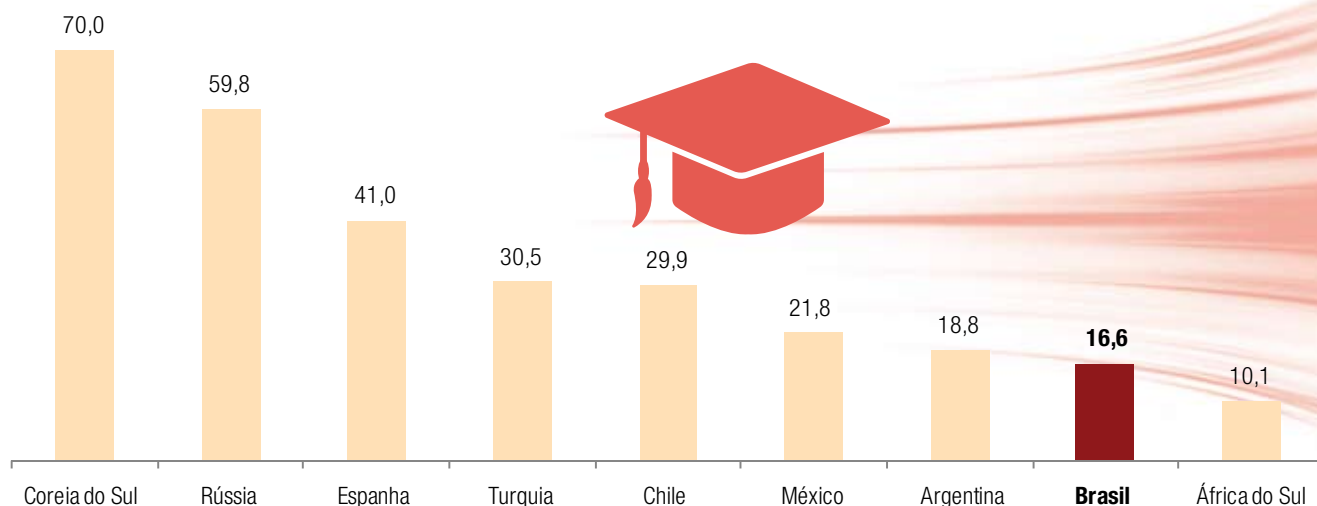
guai, que já desenvolve uma agenda de exportação de serviços.

Moreira reforça a importância do investimento em educação e capacitação. “Sou oriundo do Sebrae e lá pude constatar o quanto o trabalhador do setor de serviços é pouco qualificado, e como há problemas de baixa qualidade de gestão”, afirma. Veloso, do IBRE, se soma ao coro. Em entrevista à *Conjuntura Econômica* em março de 2018, o pesquisador já ressaltava a importância de que reformas na educação e no ambiente de negócios caminhem juntas. “Hoje a agenda da educação está totalmente desco-

nectada da agenda de reformas do ambiente de negócios. Identificamos esse tema na agenda do Ministério da Economia, o que é meritório, mas no Ministério da Educação – que é o responsável por avançar na reforma do ensino médio, na implementação do currículo do ensino fundamental, não vemos avanços”, alerta.

Uma frente que Moreira aponta como positiva quanto a seus efeitos sobre a produtividade é a flexibilização da terceirização, “uma vez que os processos produtivos estão cada vez mais descentralizados, permitindo uma especialização em processos

População com educação superior completa (2016)



Fonte: OCDE (2017a).

“A arte é encontrar o meio-termo”

Caio Megale

Secretário da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec)

Quais são as políticas que sua secretaria está coordenando focadas na produtividade?

São poucos os instrumentos que estão na nossa secretaria. Um dos que tratamos diretamente hoje é o ex-tarifário, que reduz tarifa de importação para produtos sem similar no mercado nacional. Hoje ele é restrito, e temos que agilizar, até porque a importação de bens de capital tem relação estreita com investimento. O outro tema que estamos reavaliando são os Processos Produtivos Básicos (PPB). A ideia é, mantendo o espírito da lei da Zona Franca de Manaus e da Informática, dar maior liberdade para a empresa escolher como montar seu processo produtivo, respeitando requisitos. Isso vai reduzir nosso trabalho e a ingerência do governo nas decisões empresariais. Mas a maior parte dos temas que atravancam a produtividade estão espalhados pelo governo. Nosso papel é fazer articulação com essas áreas e desenhar uma agenda de trabalho em diversas frentes para tentar resolver problemas. Como disse o ministro Paulo Guedes, temos que reduzir as bolas de ferro que os empresários têm de carregar no seu dia a dia.

Em sua opinião, como deve ser uma política de estímulo a empresas para que as estimule a ser mais eficientes?

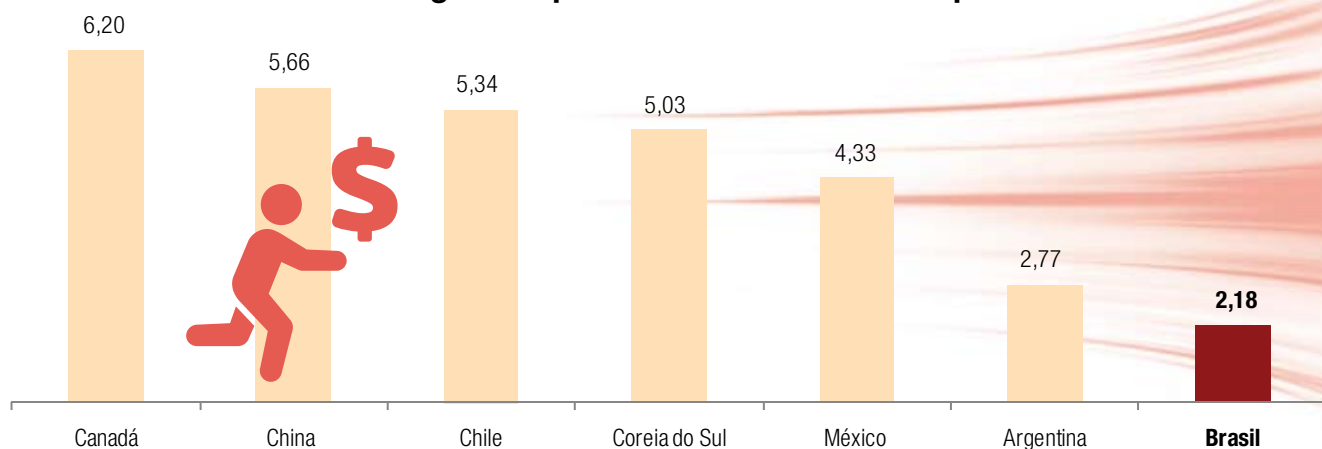
Produtividade é um tema multidimensional. A linha do governo, e do Ministério da Economia, é foco na abertura. Há evidências claras que países mais abertos, mais expostos à concorrência, tendem a ser países mais produtivos e inovadores. Nossa ideia não é escolher setores, mas gerar ambiente favorável para que os mais produtivos se desenvolvam, e estamos estudando formas de melhor direcionar recursos. Esse tema é particularmente dramático no momento em que estamos vivendo uma crise gravíssima, pois a má alocação nessas ocasiões não só é ineficiente como eleva a dívida pública, que por sua vez traz outros efeitos. Faremos uma avaliação criteriosa dos programas, para eliminar muletas quando se pode. Se há um problema estrutural crônico, tem que ter ajuda, mas temporária. Caso contrário, em vez de ajudar o mercado a funcionar bem, ficaremos no dilema do ovo ou da galinha: “tem subsídio porque o mercado não funciona, não funciona porque tem subsídio”. Queremos estabelecer uma relação franca com o setor produtivo. Mostrar ao setor privado que o governo está aberto e disposto a tirar o peso do dia a dia da economia, mas ao mesmo tempo deixar claro que existem restrições, responsabilidades que o gestor público tem em suas mãos. A arte é encontrar o meio-termo.

dentro de uma cadeia”, diz. Ele também se diz otimista com a reforma trabalhista, com algumas ressalvas. “No caso do contrato intermitente, se por um lado ele permite ajustar o número de trabalhadores à demanda – especialmente em setores com alta sazonalidade como o alimentício e o hoteleiro – por outro podemos agravar um problema que tentávamos mitigar, que é o do baixo nível de aprendizado no trabalho, devido à alta rotatividade”, afirma. Já Bruno Ottoni, pesquisador associado do FGV IBRE, considera que o contrato intermitente pode ser importante para uma melhor inserção no mercado de trabalho de mulheres, que muitas vezes têm que conciliar outras tarefas como a criação de filhos, e jovens. “Hoje estes são os mais afetados pelo desemprego, devido à falta de experiência comprovada”, diz.

Ainda no campo da melhora do ambiente de negócios, Moreira cita modificações positivas no mercado de crédito – como a reforma do Cadastro Positivo e o avanço ao *open banking* –, além da Medida Provisória da Liberdade Econômica, que entre outras iniciativas libera empresas de baixo risco da apresentação de licenças e alvarás para funcionamento, além de dar mais liberdade para definição de preços e de horário de atendimento, que podem atuar favoravelmente para uma melhor eficiência dos pequenos e médios negócios.

Frente a diversas modificações recentes, e as demais que estão por vir dentro da agenda liberal apresentada pelo governo, tanto Moreira quanto Veloso reforçam a importância de a produtividade ganhar frequência na pauta de debates. “Se não olharmos para a produtividade do setor que

Ranking de disponibilidade e custo de capital



Fonte: CNI (2018b).

representa $\frac{3}{4}$ da economia, nunca sairemos desse estágio de desenvolvimento”, diz. Para Veloso, o desafio de medir o impacto de cada medida na produtividade agregada em um cenário dinâmico, se soma à preocupação de que, tal qual o México – que conseguiu avançar muito mais em sua agenda liberal –, o Brasil não veja suas expectativas naufragarem pela falta de ajustes de base, que permitam não só a melhora do ambiente de negócios, como o crescimento de empresas capazes de tirar proveito dela. “No México, um dos problemas é o alto grau de informalidade e de arranjos que não estimulam as empresas a crescer. E podemos sofrer do mesmo mal”, diz, lembrando que, no Brasil, uma empresa informal é quatro vezes menos produtiva que uma formal. E que a queda de produtividade no período recessivo foi duas vezes maior devido ao aumento da informalidade no período.

Um desafio nessa direção será o tratamento a ser dado ao Simples dentro da reforma tributária. Em exercício recente, Braulio Borges aponta que o atual desenho do re-

gime diferenciado para pequenas e microempresas brasileiro (Simples e MEI), que soma uma renúncia fiscal de 1,2% do PIB, representa um impacto de 13% na produtividade agregada da economia. Para chegar a esse percentual, Borges calculou o gasto tributário do Simples e do MEI como proporção do PIB de comércio e serviços, setores onde a incidência desses regimes é maior. “Ao simular que esse gasto seja zerado por alguns anos, o modelo aponta a uma produtividade 13% maior, além de um aumento de 15% no PIB potencial”, diz. Isso não significa, ressalta o economista, que o fim do regime resultaria em ganhos tributários e de atividade nessa exata magnitude. “Sabemos que algumas empresas não resistiriam e iriam para a informalidade, ou acabariam, impactando o resultado do ponto de vista de arrecadação”, diz.

Moreira reconhece que se conseguiu aprimorar o sistema ao substituir “escadas por rampas” na migração entre os níveis de tributação dentro do Simples, mas que falta

melhorar a transição entre regimes. “O ideal seria conseguir trabalhar um bom escalonamento dentro de um só regime nacional”, afirma. Tanto Borges quanto Veloso também defendem que a reforma tributária não pode prescindir de tratar do Simples, em busca de equalizar desonerações. “Não se trata de acabar com o sistema, mesmo porque a Constituição determina que pequenas e médias empresas tenham tratamento diferenciado”, diz Veloso. “O melhor que o Simples poderá trazer a esse debate é o exemplo da importância da simplificação, que é o grande ganho frente à complexidade do nosso sistema”, diz Braulio, ressaltando o mérito do atual governo de incluir no debate a redução sobre a tributação em folha. “Em um *paper* recente (*More work to do? Taking stock of Latin American labor markets*), o FMI reforça que tributação sobre folha e complexidade tributária ajudam a explicar diferentes taxas de informalidade na América Latina”, cita, ressaltando que o tema está na mesa, e cabe não desperdiçá-lo. ■